ISSN: 2358-8829

O COTIDIANO COMO ESPAÇO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS ESSENCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE-PB

Monalisa de Castro Santos [1]
Janiely Ferreira Lopes [2]
José Clêyson Barbosa de Santana [3]
Josicleide Alves de Oliveira Melo [4]
Waleska Alves Cavalcanti [5]

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui um direito das crianças e um espaço de convivência, brincadeira, investigação, expressão e produção de sentidos. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidam o reconhecimento da criança como sujeito histórico e de direitos.

Essa compreensão exige considerar o currículo para além de uma seleção de conteúdos ou de uma lista de atividades. Na Educação Infantil, o currículo se concretiza nas experiências organizadas e vividas pelas crianças, nas relações estabelecidas com outras crianças e adultos e nas possibilidades de exploração dos espaços, materiais, linguagens e fenômenos do mundo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil define o currículo na Educação Infantil como um:

> Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o

[1] Pós-graduada em Educação Infantil pela UNICORP Faculdades, mona.lisa.castro@hotmail.com;
[2] Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Janiely.ferreira.lopes@gmail.com;
[3] Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, cleysonclehh@gmail.com;
[4] Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; josyaomelo@gmail.com ;
[5] Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade UNOPAR, waleskaacavalcanti@gmail.com

> desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (Brasil, 2009, p. 12).

Nesse sentido, o cotidiano constitui o contexto no qual as intencionalidades pedagógicas se traduzem em experiências concretas, articulando a organização do trabalho educativo às interações e às descobertas das crianças. O cotidiano na Educação Infantil não é apenas a repetição das horas ou a passagem do tempo, mas sim o espaço denso de significados onde as crianças constroem suas identidades, descobrem o outro e experimentam a vida social (Barbosa, 2006). A organização desse cotidiano envolve escolhas relacionadas aos tempos, espaços, materiais, interações e formas de participação das crianças. Essas escolhas não são neutras, pois expressam concepções de criança, infância, aprendizagem e currículo, influenciando as experiências vivenciadas nas instituições.

Diante da necessidade de articular a intencionalidade pedagógica à organização do cotidiano, situam-se as *Experiências Essenciais*, documento elaborado no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB. Organizado em seis quadros orientadores, do Berçário à Pré-escola, o documento explicita experiências consideradas fundamentais e estabelece frequências mínimas para sua presença na jornada educativa. Desse modo, busca oferecer uma referência comum para a organização das práticas pedagógicas na Rede, contribuindo para a garantia de experiências essenciais às crianças, sem substituir o planejamento docente ou desconsiderar as particularidades de cada grupo.

A criação do documento *Experiências Essenciais* foi orientada pela seguinte questão norteadora: como organizar o cotidiano da Educação Infantil de modo a favorecer a efetivação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, respeitando suas necessidades, seus tempos, ritmos e modos de aprender e, ao mesmo tempo, assegurando a vivência de experiências significativas que envolvam o brincar, o explorar, o conviver, o participar, o expressar-se e o conhecer-se?

O objetivo deste trabalho é apresentar e caracterizar o documento *Experiências Essenciais*, concebido como instrumento de referência para subsidiar o trabalho docente na organização do cotidiano da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande–PB. Busca-se evidenciar sua estrutura, finalidade pedagógica e articulação com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos bebês, das crianças

ISSN: 2358-8829

bem pequenas e das crianças pequenas, considerando as especificidades de cada faixa etária e a intencionalidade pedagógica na organização das experiências cotidianas.

A relevância do estudo reside na sistematização de uma experiência institucional de construção curricular. Ao explicitar as concepções que fundamentam o documento e refletir sobre suas possibilidades, o trabalho contribui para o debate acerca de como uma rede pública pode assumir compromissos comuns com os direitos das crianças, sem promover a homogeneização das experiências ou a rigidez da prática pedagógica.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo caracteriza-se como uma sistematização reflexiva de uma experiência institucional da Secretaria de Educação de Campina Grande-PB, desenvolvida sob abordagem qualitativa e de caráter descritivo. A abordagem qualitativa mostra-se pertinente por permitir a compreensão de processos e significados construídos em determinado contexto institucional, considerando as características e as particularidades da experiência investigada (Bogdan; Biklen, 1994). A sistematização, por sua vez, possibilita recuperar o percurso da experiência, organizar seus elementos constitutivos e refletir criticamente sobre as escolhas que orientaram sua construção (Holliday, 2006).

A investigação tem como objeto o processo de elaboração dos quadros de *Referências para a Organização do Cotidiano — Experiências Essenciais*, considerando as motivações que orientaram sua construção, sua estrutura e os fundamentos pedagógicos que sustentam sua finalidade como referência para a organização do cotidiano na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB.

A análise considera a participação das autoras no processo institucional de elaboração do instrumento, tomando essa experiência como ponto de partida para recuperar as motivações, as escolhas e os fundamentos que orientaram sua construção. Essa perspectiva permite articular a descrição do percurso institucional à reflexão sobre as características do instrumento e sua finalidade pedagógica, sem desconsiderar o contexto em que foi produzido.

O corpus documental é constituído pelos seis quadros com as *Experiências Essenciais*, correspondentes ao Berçário I, Berçário II, Maternal I, Maternal II, Pré I e Pré II. Os documentos sistematizam experiências consideradas essenciais para cada

grupo etário e estabelecem frequências mínimas para sua presença ao longo da jornada educativa. A análise documental possibilita examinar a organização e as características do instrumento, relacionando-as aos objetivos que orientaram sua elaboração.

O trabalho não se propõe avaliar os efeitos da utilização dos quadros sobre as práticas pedagógicas ou o desenvolvimento das crianças. Seu propósito consiste em sistematizar e discutir uma experiência institucional de construção curricular, explicitando as motivações, as características e as possibilidades do instrumento como referência para a organização do cotidiano na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das infâncias como construções sociais e culturais constitui um fundamento para pensar a organização das experiências na Educação Infantil. Para Corsaro (2011, p. 31), "as crianças não são meros receptores passivos da cultura dos adultos, mas agentes sociais ativos que constroem suas próprias culturas de pares e contribuem para a reprodução interpretativa da sociedade". Sarmento (2005), por sua vez, contribui para compreender a infância como categoria social, marcada por diferentes condições e formas de vivência. Essas perspectivas permitem reconhecer que as experiências educativas precisam considerar as crianças como participantes da vida coletiva, cujos interesses, interpretações e modos de interação também constituem o cotidiano institucional.

Essa concepção repercute na maneira de compreender a organização pedagógica. Segundo Barbosa (2006, p. 54), "o cotidiano abrange a totalidade da vida e compreende a rotina, mas não se reduz a ela". Enquanto a rotina busca padronizar e dar estabilidade, o cotidiano é marcado pela imprevisibilidade, pelos acontecimentos e pelas singularidades da vida infantil". A autora contribui para a reflexão sobre as rotinas na Educação Infantil, permitindo discutir sua função na estruturação dos tempos, espaços e atividades sem confundi-las com a totalidade do cotidiano. Este último é constituído também pelas relações, pelos acontecimentos imprevistos e pelas experiências que emergem da participação das crianças. Assim, organizar o cotidiano implica estabelecer condições para a continuidade de determinadas experiências, mantendo abertura para os

ISSN: 2358-8829

interesses do grupo, as situações que surgem nas interações e as particularidades de cada contexto.

A valorização da participação infantil também se relaciona à compreensão da criança como sujeito potente, capaz de investigar, criar e comunicar-se por diferentes linguagens. Como expressa Malaguzzi (1999, p. 11), "a criança tem cem linguagens, cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar", cabendo à escola reconhecer essa pluralidade de manifestações, essa compreensão desafia perspectivas pedagógicas centradas em formas únicas de expressão e valoriza as múltiplas maneiras pelas quais as crianças interpretam e representam o mundo. Em diálogo com essa perspectiva, Kishimoto (2002) contribui para a discussão do brincar como dimensão fundamental da infância, reconhecendo sua relevância para as interações, a imaginação e a construção de conhecimentos. Esses aportes sustentam uma organização pedagógica que reconheça a diversidade das experiências infantis e a importância de garantir oportunidades de brincadeira, exploração e expressão.

No plano normativo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) estabelecem as interações e a brincadeira como eixos norteadores das práticas pedagógicas, enquanto a Base Nacional Comum Curricular (2017) explicita os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se como referências para a organização curricular. Esses documentos oferecem fundamentos para pensar a intencionalidade pedagógica não como determinação rígida das ações infantis, mas como compromisso com a criação de condições para que as crianças vivenciem experiências diversificadas e significativas.

A partir dessas contribuições, a construção de referências comuns para a organização do cotidiano pode ser compreendida como uma forma de explicitar compromissos pedagógicos compartilhados, sem uniformizar as experiências ou restringir a autonomia docente. Essa perspectiva fundamenta a análise das *Experiências Essenciais* como instrumento de orientação curricular, considerando a relação entre a definição de experiências e frequências mínimas, a valorização da participação infantil e a flexibilidade necessária à organização do cotidiano.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos seis quadros com as *Experiências Essenciais*, correspondentes ao Berçário I, Berçário II, Maternal I, Maternal II, Pré I e Pré II, permite identificar aspectos relacionados à concepção curricular que orienta o instrumento, à progressão das experiências entre os grupos etários, à indissociabilidade entre cuidar e educar e à construção de uma referência comum para a Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB. A discussão desses aspectos evidencia as possibilidades do instrumento para orientar a organização do cotidiano, bem como os cuidados necessários à sua interpretação e utilização no planejamento pedagógico.

4.1 O instrumento como materialização de uma concepção curricular

As *Experiências Essenciais* materializam uma concepção de currículo que ultrapassa a organização de conteúdos ou a definição de atividades isoladas. Ao explicitar experiências consideradas fundamentais e estabelecer frequências mínimas para sua presença na jornada educativa, o instrumento coloca em evidência a organização do cotidiano como uma dimensão constitutiva do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

Essa perspectiva dialoga com a conceituação de Barbosa (2006, p. 39), ao reconhecer que:

> A rotina na Educação Infantil é uma categoria pedagógica que envolve a organização do tempo, do espaço, dos materiais e do trabalho pedagógico, e que se constitui em um elemento estruturador do cotidiano das crianças pequenas nas instituições infantis.

Nessa direção, os quadros oferecem referências para a organização das experiências, mas não abrangem a totalidade das situações educativas, que também se constituem nas interações, nas brincadeiras, nos interesses manifestados pelas crianças e nos acontecimentos que emergem da convivência.

O instrumento também expressa uma concepção de criança como sujeito potente, participativo e produtor de cultura. Em consonância com Corsaro (2011) e Sarmento (2005), essa compreensão reconhece as crianças como participantes ativas da vida social, capazes de atribuir sentidos às experiências, construir culturas de pares e desenvolver formas próprias de interpretar o mundo. Nessa perspectiva, as referências propostas não devem ser compreendidas como determinações sobre o que as crianças

ISSN: 2358-8829

precisam realizar de maneira uniforme, mas como orientações para a organização de contextos que favoreçam sua participação, exploração, expressão e interação.

Nessa perspectiva, os quadros podem subsidiar o planejamento docente ao explicitar experiências a serem consideradas na organização do cotidiano. Sua função, contudo, não consiste em substituir o planejamento ou definir integralmente a prática pedagógica, mas em oferecer uma base curricular comum a partir da qual os profissionais realizem escolhas intencionais, contextualizadas e coerentes com as características de cada grupo.

4.2 Progressão das experiências entre os grupos etários

A organização do instrumento em seis quadros, do Berçário I ao Pré II, evidencia a intenção de contemplar as especificidades dos diferentes grupos que compõem a Educação Infantil. A distribuição das experiências e de suas respectivas frequências mínimas permite estabelecer referências diferenciadas para cada grupo etário, considerando as características, as necessidades e as possibilidades das crianças ao longo dessa etapa.

Essa organização deve ser compreendida como uma progressão das oportunidades de interação, brincadeira, exploração, participação e expressão, e não como uma sequência linear de aprendizagens ou uma escala de desempenho. A progressão curricular, nesse sentido, não se confunde com a antecipação de conteúdos próprios do Ensino Fundamental, tampouco pressupõe que todas as crianças vivenciem as experiências de maneira idêntica ou alcancem resultados uniformes em determinado período.

Essa perspectiva aproxima-se da compreensão de Malaguzzi (1999, p. 11) sobre as múltiplas formas de expressão infantil ao enunciar poeticamente que "a criança tem cem linguagens, cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar". Sob esse entendimento, a organização das experiências precisa considerar as diferentes formas de participação das crianças, reconhecendo que os processos de aprendizagem e desenvolvimento se constituem nas relações estabelecidas com outras crianças, adultos, espaços e materiais.

Desse modo, a progressão entre os quadros assume relevância quando orienta a ampliação e a diversificação das experiências oferecidas, sem estabelecer percursos

ISSN: 2358-8829

rígidos. Sua efetivação depende da interpretação pedagógica das referências, de modo que as propostas sejam adequadas às particularidades dos grupos e às situações concretas do cotidiano.

4.3 A indissociabilidade entre cuidar e educar na organização do cotidiano

Outro aspecto identificado na concepção do instrumento é a compreensão de que cuidar e educar são dimensões indissociáveis da Educação Infantil. Essa integração pressupõe que as diferentes situações vivenciadas pelas crianças durante a jornada educativa sejam compreendidas em sua dimensão relacional e pedagógica, sem estabelecer uma separação rígida entre os momentos de cuidado e as demais experiências.

Os cuidados cotidianos envolvem relações, comunicação, construção de vínculos e possibilidades de participação infantil. Quando organizados com atenção às necessidades, aos tempos e às formas de expressão das crianças, esses momentos também integram o processo educativo. Essa compreensão contribui para superar uma organização institucional que reduza o cuidado à satisfação de necessidades físicas ou o considere apenas como intervalo entre atividades pedagógicas.

A indissociabilidade entre cuidar e educar exige que a organização do cotidiano considere as crianças em sua integralidade. Conforme pontua Barbosa (2006, p. 88), as ações de cuidado e regulação integram a própria essência do fazer pedagógico, visto que "o cuidado e a educação não são instâncias separadas, mas dimensões articuladas da ação docente no cotidiano com as crianças pequenas". Isso implica reconhecer que as experiências educativas não se restringem às propostas previamente planejadas, pois também se constituem nas interações e nos acontecimentos que atravessam os diferentes momentos da jornada.

Nesse sentido, as referências comuns podem contribuir para uma organização pedagógica que reconheça o valor educativo das experiências cotidianas. Entretanto, essa possibilidade depende de como os profissionais compreendem e articulam as orientações do instrumento às necessidades concretas das crianças, evitando que as frequências estabelecidas resultem em uma fragmentação dos tempos ou em uma separação artificial entre cuidado e educação.

ISSN: 2358-8829

4.4 As Experiências Essenciais como referência para o planejamento pedagógico

A explicitação das experiências e de suas frequências mínimas confere aos quadros uma função orientadora no planejamento pedagógico. O instrumento oferece aos profissionais uma referência para refletir sobre quais experiências integram o cotidiano das crianças e sobre a regularidade com que são contempladas, contribuindo para tornar mais explícitas as escolhas que organizam a jornada educativa.

Essa função não significa que a presença de uma experiência no quadro assegure, por si só, sua efetivação ou qualidade. A indicação de uma frequência mínima constitui uma referência para a organização institucional, mas não permite concluir que determinada experiência tenha sido vivenciada de maneira significativa pelas crianças. Para isso, é necessário considerar as condições em que ela ocorre, as possibilidades de participação infantil, as interações estabelecidas e os sentidos produzidos no contexto de cada grupo.

A distinção entre orientação e prescrição é, portanto, fundamental. Embora estabeleçam referências comuns, os quadros não constituem uma sequência fixa de atividades nem um roteiro a ser reproduzido uniformemente. Cabe ao professor interpretar as orientações e articulá-las ao planejamento, considerando os interesses das crianças, as características do grupo, os recursos disponíveis e as situações que emergem no cotidiano.

Essa compreensão dialoga diretamente com Barbosa (2006, p. 54) ao explicitar a distinção entre os conceitos: "O cotidiano abrange a totalidade da vida e compreende a rotina, mas não se reduz a ela. Enquanto a rotina busca padronizar e dar estabilidade, o cotidiano é marcado pela imprevisibilidade, pelos acontecimentos e pelas singularidades da vida infantil." Enquanto o instrumento explicita referências para a presença de determinadas experiências, o planejamento docente permanece responsável por articular essas referências às condições concretas da prática. Assim, a intencionalidade pedagógica e a flexibilidade articulam-se para garantir a participação infantil.

4.5 Direitos de aprendizagem e desenvolvimento e a construção de condições de equidade

ISSN: 2358-8829

A definição de experiências essenciais para os diferentes grupos etários também permite discutir a relação entre referências curriculares comuns e a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento. A Base Nacional Comum Curricular estabelece os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se como compromissos que orientam a organização das práticas pedagógicas na Educação Infantil (Brasil, 2017). Nesse contexto, os quadros podem ser compreendidos como uma iniciativa institucional voltada à explicitação de experiências que contribuam para a concretização desses direitos no cotidiano.

A existência de uma referência comum favorece a construção de parâmetros compartilhados para a organização pedagógica da Rede, evitando que a definição das experiências a serem contempladas dependa exclusivamente de escolhas individuais ou de compreensões distintas sobre o currículo. Essa referência, entretanto, não pressupõe a homogeneização das práticas, uma vez que experiências comuns podem assumir diferentes configurações conforme os sujeitos, os contextos e as condições institucionais.

É importante distinguir, nesse sentido, a definição institucional de referências curriculares da garantia efetiva dos direitos das crianças. O documento, isoladamente, não assegura que todas as experiências sejam realizadas nem que ocorram em condições equivalentes. Sua contribuição consiste em explicitar compromissos pedagógicos compartilhados, cuja concretização requer planejamento, acompanhamento, condições adequadas de trabalho e reflexão contínua sobre as práticas desenvolvidas.

A equidade, nessa perspectiva, não significa oferecer experiências de maneira uniforme, mas construir condições para que todas as crianças tenham oportunidades de participação e acesso a experiências educativas diversificadas e significativas, respeitando suas particularidades. A responsabilidade por esse compromisso permanece com os profissionais envolvidos na organização do trabalho pedagógico do cotidiano, cabendo ao instrumento apoiar a construção de condições curriculares favoráveis à efetivação dos direitos.

4.6 Possibilidades e desafios na utilização de uma referência curricular comum

A análise do instrumento também permite reconhecer tensões inerentes à construção de referências comuns para a organização do cotidiano na Educação Infantil.

ISSN: 2358-8829

Se, por um lado, os quadros explicitam experiências consideradas fundamentais e oferecem parâmetros compartilhados para o planejamento, por outro, sua utilização exige atenção para que as orientações não sejam interpretadas de forma burocrática ou convertidas em prescrições rígidas.

Um dos principais desafios consiste em evitar que as frequências mínimas sejam tratadas como finalidade em si mesmas, desvinculadas da qualidade das experiências e da participação das crianças. O cumprimento formal das indicações não substitui a reflexão sobre as condições em que as propostas acontecem, os vínculos estabelecidos, as possibilidades de exploração e os sentidos atribuídos pelas crianças às situações vivenciadas.

Outro desafio refere-se à preservação da flexibilidade na organização dos tempos e das propostas. A intencionalidade pedagógica requer planejamento e continuidade, mas também abertura para os interesses do grupo, para os diferentes ritmos das crianças e para os acontecimentos que integram o cotidiano. Dessa forma, a referência comum precisa ser compreendida como apoio à tomada de decisões pedagógicas, e não como mecanismo de uniformização das práticas.

Também se destaca a importância da formação continuada para a compreensão dos fundamentos e das finalidades do instrumento. A apropriação dos quadros requer que os profissionais reconheçam sua função orientadora, compreendam a progressão das experiências e estabeleçam relações entre as referências propostas, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e as particularidades dos grupos. Nesse processo, os momentos coletivos de estudo, planejamento e reflexão podem contribuir para consolidar entendimentos compartilhados sobre a utilização do instrumento.

Esses desafios não diminuem a relevância da iniciativa institucional. Ao contrário, evidenciam que a contribuição das *Experiências Essenciais* depende da articulação entre referência curricular, autonomia docente e reflexão pedagógica. Sua potência não reside na capacidade de determinar a prática, mas na possibilidade de explicitar compromissos comuns e apoiar os profissionais na organização de um cotidiano que reconheça as crianças como sujeitos de direitos, participantes e produtoras de cultura.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de uma referência curricular própria para a Educação Infantil representa uma possibilidade de a Rede Municipal de Ensino de Campina Grande afirmar sua autoria curricular, considerando suas especificidades, seus contextos e as características das crianças atendidas.

Nesse sentido, as *Experiências Essenciais* constituem uma referência para a organização do cotidiano, buscando criar condições para que experiências fundamentais encontrem lugar ao longo da jornada educativa das crianças. Sua contribuição, entretanto, não está em estabelecer uma rotina fixa, mas em oferecer referências comuns que possam orientar uma prática pedagógica intencional, flexível e comprometida com os direitos das crianças.

Assim, o instrumento precisa ser compreendido como parte de um currículo em movimento, que não se realiza no documento em si, mas se concretiza nas relações, nas experiências e nas práticas cotidianas vividas pelas crianças e pelos profissionais da Rede Municipal de Campina Grande. Para além de organizar o que acontece no cotidiano, trata-se de criar condições para que o cotidiano da Educação Infantil seja reconhecido como espaço de direitos, participação, experiências e produção de sentidos pelas crianças.

Em suma, quando falamos em referências comuns, não estamos dizendo que todas as crianças viverão as mesmas experiências da mesma maneira. Estamos dizendo que uma Rede assume a responsabilidade de criar condições para que determinadas experiências, compreendidas como direitos, não dependam apenas do acaso, da disponibilidade ou da escolha circunstancial de cada contexto.

Palavras-chave: Educação Infantil; Experiências Essenciais, Currículo, BNCC, Direitos de Aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Às equipes gestoras, docentes, técnicos pedagogos e demais profissionais da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande, cuja reflexão cotidiana, participação nos processos formativos e compromisso com as crianças fazem parte da construção coletiva da Educação Infantil no Município.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: MEC, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

CORSARO, William A. Sociologia da Infância. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2011.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 2002.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361–378, 2005.